



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Patriota Malta

**6ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331024-9**

**COMARCA: 1ª VARA CÍVEL DE CARUARU**

**APELANTE: FLAVIANA DO NASCIMENTO COSTA SILVA**

**APELADO: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
EMBRATEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO - ANOTAÇÃO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - EXISTÊNCIA DE ANOTAÇÕES ANTERIORES - SÚMULA 385 DO STJ - AUSÊNCIA DE DANO MORAL - APELO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331024-9**, em que figuram como Apelante **FLAVIANA DO NASCIMENTO COSTA SILVA** e como Apelada **EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. EMBRATEL**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***"Por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos dos votos da Turma"***. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de junho de 2014.

  
**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

193

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331024-9**

**APELANTE: FLAVIANA DO NASCIMENTO COSTA SILVA**

**ADV: SARA KRIZIA AVELINO DE VASCONCELOS PE033137**

**APELADO: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL**

**ADV: ALUÍSIO JOSÉ DE VASCONCELOS XAVIER PE004662**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

### **RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação de indenização por Danos Morais c/c Desconstituição de Débito e pedido de liminar.

**Sentença Recorrida:** A Decisão de fls. 162/163, julgou o processo, nos termos do Artigo 269, I, do CPC e, diante do exercício regular de direito previsto no Artigo 188, I, do Código Civil, julgou improcedente o pedido, revogando a decisão de fls. 30. Em face da gratuidade deferida à autora, deixou-se de condená-la nos honorários advocatícios.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma total da sentença (fls. 170/183).

**Razões recursais:** Afirma que apesar de ter quitado a dívida que possuía perante a apelada seu nome permaneceu inscrito na lista dos inadimplentes. Alega que a apelada forneceu um termo de quitação da dívida e que ao oferecer a oferta, a qual inclusive foi aceita pela apelante, não delimitou prazo para o seu vencimento. Argumenta, ainda, que todas as dívidas das quais resultaram as inclusões constantes na consulta de balcão do serviço de proteção ao crédito encontram-se devidamente quitadas, não podendo a demandante ser taxada de inadimplente, pelo que entende ser injusta a aplicação da súmula 385 do STJ.

**Contra-razões à apelação:** Ausentes.

**É o que importa relatar.**

**À Doute Revisão**

Recife, 02 de abril de 2014.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
 Gabinete do Desembargador Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0331024-9**

**APELANTE: FLAVIANA DO NASCIMENTO COSTA SILVA**

**ADV: SARA KRIZIA AVELINO DE VASCONCELOS PE033137**

**APELADO: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL**

**ADV: ALUÍSIO JOSÉ DE VASCONCELOS XAVIER PE004662**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

Com efeito, em que pese a evidente falha na prestação de serviços por parte da instituição financeira consistente na anotação irregular do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito, não seria caso de reconhecer-se o dano moral, visto que, conforme documento de fl. 24, comprova-se que a parte autora/apelante já ostentava outras anotações anteriores àquela questionada nestes autos.

É indispensável explicitar que o STJ pacificou o entendimento de que não acarreta dano moral a inscrição indevida em cadastro de inadimplência quando preexistente legítima anotação, em consonância com a súmula 385:

*"Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".*

Sobre o tema em estudo colaciono a seguinte jurisprudência:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA. DANO MORAL. DEVEDOR CONTUMAZ. INEXISTÊNCIA. SÚMULA N. 385-STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA. ARTIGO 557, § 2º, DO CPC. NÃO PROVIMENTO. 385557§ 2º CPC1. O recorrente, embora não tenha sido notificado previamente da inscrição de seus dados em cadastro de inadimplentes, mostrou-se devedor contumaz, porquanto emitiu, segundo o acórdão recorrido, uma dezena de cheques sem provisão de fundos, pelo que tem cabimento o enunciado n. 385, da Súmula desta Corte. 2. "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento." Súmula n. 385, do STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (1144274 PB 2009/0111589-9, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 13/12/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2011)**

**Negativação Dano moral Não ocorrência Súmula 385 do STJ Recurso provido. (9178222902007826 SP 9178222-90.2007.8.26.0000, Relator: Cunha Garcia, Data de Julgamento: 13/02/2012, 20ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 02/03/2012)**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

203

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO REALIZADO MEDIANTE FRAUDE. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PREEXISTÊNCIA DE ANOTAÇÃO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. - O disposto na súmula 385 do STJ, numa exegese mais consentânea, é de se afirmar que, mesmo havendo inscrição realizada por outra instituição credora que, precedentemente, anotou o nome do apelante nos órgãos de proteção ao crédito, tendo o estabelecimento comercial demandado, irregularmente, procedido ao apontamento, haverá de suportar o ônus da condenação por danos morais, haja vista que o apelante, naquele momento pontual, diante da irregularidade da anotação, sentiu-se ofendido, buscando o albergue do judiciário. (448311020088170001 PE 0044831-10.2008.8.17.0001, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 26/04/2012, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 86/2012)**

**APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO CIVIL - DANOS MORAIS - MANUTENÇÃO INDEVIDA DO NOME DO DEVEDOR JUNTO A ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO QUE DEU CAUSA À NEGATIVAÇÃO - DEVER DO CREDOR DE PROVIDENCIAR A EXCLUSÃO DA INSCRIÇÃO - CO-EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES ORIUNDAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES - AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO DOS EFEITOS SUPOSTAMENTE PROVENIENTES DO ATO LESIVO - INOCORRÊNCIA DE DANO INDENIZÁVEL - SÚMULA 385 STJ - APELO IMPROVIDO. 385- É indevida a manutenção do nome do devedor junto a órgão de proteção ao crédito após extinta a obrigação que deu causa à negativação; - Caberá ao credor providenciar a retirada do nome daquele do referido cadastro, tão logo cesse a obrigação que lhe deu causa; - Lado outro, a co-existência de negativações provenientes de outras instituições elide a caracterização de dano indenizável, pois não é possível presumir que os Apelantes tenham experimentado qualquer sentimento vexatório ou humilhante anormal, posto que tal situação era recorrente; - Súmula 385 do STJ dispõe que "da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento"; - Recurso IMPROVIDO. (100271016 PE 157819-4, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 13/03/2012, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 55)**

Ademais, entendo que o juízo a quo bem solucionou a lide, pelo que peço vênia para transcrever o seguinte trecho de sua decisão:

*"Impõe destacar que a autora apresenta um histórico de inadimplência, conforme documento de fls. 24. Há dois outros credores e as negativações são anteriores à inscrição feita pela ré, que é de 17/10/2011. Nesses casos, a matéria já está sumulada pelo STJ. É dizer, não sofre danos morais quem tem restrições pretéritas. No caso dos autos, o ponto nodal diz respeito à permanência do nome da autora em cadastros indevidos após o pagamento de fls. 28. Realmente, esse pagamento foi efetuado em 06/12/2011 e a ré alega que a oferta só teria eficácia se o pagamento fosse feito até o dia 28/10/2011 e realmente é crível se concluir que as promoções não abrem espaço sem data para pagamento e estranhamente a autora se demitiu do dever de*



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

juntar aos autos o documento por inteiro no qual constasse não apenas a oferta de oportunidade, mas a data do pagamento. Ora, esse pagamento em 06/12/2011, tal como realizado, não liberou a autora da obrigação. Isso é acaciano. OU seja, se há uma promoção, o pagamento há de ser feito imediatamente e não no mês de dezembro de 2011 e mesmo a alegação de permanência indevida do nome em cadastros restritivos me sensibiliza, uma vez que a ré não tinha o dever jurídico de fazer a baixa das restrições quando o pagamento não fora feito de acordo com o valor primário da dívida. O caso desses autos é um caso claro de banalização do dano moral, para o que o Poder Judiciário não deve adotar uma postura de leniência, especialmente quando a requerente apresente um histórico de inadimplência. Noutras palavras, o pagamento de fls. 28 não tinha o caráter extintivo da obrigação primária, uma vez que realizado tardiamente, em 06/12/2011 e se a data do envio da oferta foi em 18/10/2011, a autora não dispunha de prazo para pagar a dívida em dezembro de 2011."

Por conta dessa soma de razões, **MEU VOTO É PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, mantendo-se incólume a sentença.

**É COMO VOTO.**

— Recorrido, 24/08/2014.  
J. C. Malta



194

**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo*

---

**Sexta Câmara Cível**  
**Comarca de Origem: 1ª Vara Cível de Caruaru**  
**Apelação Nº 0331024-9 (0004181-60.2013.8.17.0480)**  
**Apelante: Flaviana do Nascimento Costa Silva**  
**Apelado: Empresa Brasileira de Telecomunicação S.A. Embratel**  
**Relator: Des. José Carlos Patriota Malta**  
**Revisor: Des. Evandro Magalhães Melo**

**DESPACHO**

Inclua-se em pauta.

Revisão em mesa.

Recife, 02 de maio de 2014.

  
**Des. Evandro Magalhães Melo**  
**Revisor**